

## **Habitação e cidade, de Maricatto**

Monike Pereira Fernandes de Souza •

Durante o período colonial, não havia uma rede de cidades, mas alguns grandes pólos que concentravam as atividades burocráticas ligadas à administração. Essa fase define-se bem na frase “esplendor rural e a miséria urbana”. A Igreja Católica era de uma importância notável onde aparecia nos núcleos urbanos. Não havia normas urbanísticas para as cidades brasileiras e somente as cidades mais importantes tinham algum calçamento nas ruas, o saneamento básico também nunca foi preocupação da Coroa Portuguesa.

Em 1808 com o desembarque da família real e acompanhantes a história começa a mudar: aberturas de portos, produção industrial liberada, instituições de ensino superior fundadas dentre outras melhorias e liberações propiciou a passagem de colônia para país independente. Apesar dessa passagem a Constituição brasileira evidencia a permanência da elite como dona do poder e a conseqüente inviabilização das utopias de igualdade, liberdade e fraternidade. A criação da Guarda Nacional, ampliará ainda mais o poder dos grandes produtores rurais, que passaram a ser chamados de “coronéis”, tendo praticamente poder de vida e morte sobre a população. As disputas políticas que se estenderam por todo o Império, culminando com a Lei de Terras, a abolição da escravidão e a proclamação da República. As resistências às mudanças foram muito expressivas, e estas resultaram de acordos que buscavam acomodar interesses dominantes novos e antigos.

Seria absolutamente impossível entender a cidade colonial ou imperial, sem o trabalho escravo: eliminavam os dejetos, abasteciam as casas de água, transportavam mercadorias e pessoas dentre muitas outras funções. Foi só em 1850 que uma nova lei passou a ser cumprida, apesar das resistências. Não por coincidência, uma semana separa essa lei e outra que tratava da propriedade da terra. Esta continua sendo um privilégio das parcelas mais ricas, que podiam adquiri-la. A concessão de terras era feita mediante a uma cláusula que permitia retorno à Coroa. A abundância de terras desocupadas no Brasil, dispensou o rigor e para o Império brasileiro o que contava mais era a capacidade de ocupa-la ( pagando o dízimo) e produzir: dado pelo trabalho escravo. Assim a propriedade de escravos era tão importante quanto a terra, ou mais.

---

• Aluna do 3º ano da Unidade Humaitá-II do Colégio Pedro II.

O processo de industrialização no Brasil deu-se integrado à expansão da cultura do café, que toma impulso a partir de 1830. Outros produtos para exportação iriam se mostrar importantes na segunda metade do século XIX, como borracha, açúcar, algodão, couros e peles, mas foi o café que dominou e marcou fortemente por mais de um século a sociedade brasileira, a ponto de definir a direção do desenvolvimento urbano e regional. Apesar do peso favorável da exportação do café e também da borracha, do cacau, do mate e do fumo na balança comercial, a dívida externa consome todo o excedente. Isso dificultava ainda mais a implementação de uma política voltada para a industrialização.

Foi, portanto, sob o domínio absoluto do café que o crescimento urbano/industrial se inicia, gerando uma sociedade mais diversificada, com o aparecimento da classe média, formada por profissionais liberais, jornalistas, militares. A rigor, a base política continuava sendo constituída pela mesma elite agrária, aliada aos intermediários urbanos, que havia séculos dominava o país. Mas parte dela tinha incorporado os valores positivistas de conhecimento técnico e racionalidade, refletidos no slogan que seria adotado pela República: Ordem e Progresso. Estado e Igreja são separados, e o registro civil de nascimento e casamento é instituído. Apesar de tudo, no final do século XIX, 80% dos trabalhadores brasileiros estavam no campo, 13% no setor de serviços (a maior parte em empregos domésticos) e 7% na indústria, o que dá uma dimensão de como o setor rural ainda era dominante. Mas a indústria nascente aos poucos se expande, e as cidades não são mais apenas o local das atividades administrativas, comerciais, financeiras, culturais. Elas começam a ser também o local da produção. Os imigrantes que não se dirigiram para a zona rural (ou dela fugiram para evitar o tratamento antes dispensado aos escravos), os escravos libertos e os trabalhadores brancos livres foram aos poucos se constituindo em uma massa urbana, que, por sua vez, passou a demandar produtos industriais para sua sobrevivência.

A mentalidade republicana, aspirando refletir uma nova ordem e novos tempos, procurou construir uma fachada urbana para legitimar perante os países capitalistas centrais através de valores como ordem, civilização, estabilidade. Era preciso apagar os resquícios escravistas do passado recente. O rápido crescimento populacional urbano sem o acompanhamento de serviços de saneamento foi a causa de epidemias – cólera, febre amarela – que tomavam conta da cidade. Por ocasião da campanha da vacinação e saneamento do Rio, a população se revoltou e se preparou com paus e pedras para enfrentar as forças do governo. O saneamento tinha como

objetivo, além das medidas propriamente higienistas, afastar das áreas centrais os pobres, mendigos e negros, juntamente com seu estilo de vida.

Inaugura-se assim o urbanismo que iria se consolidar durante todo o século XX no Brasil: a modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a conseqüente segregação e diferenciação acentuada na ocupação dos equipamentos urbanos. Se na cidade imperial os escravos viviam junto a seus proprietários, a cidade da República separa o trabalho do ócio. Expulsa os negros e brancos pobres para as periferias, para os subúrbios, para os morros ou para as várzeas.

Muitos historiadores consideram 1930 a data do início mais efetivo do processo de urbanização/ industrialização no Brasil. De fato, com a Revolução de 30, uma mudança política fundamental dá ao processo de industrialização a clara primazia na condução da economia brasileira. Finalmente a burguesia agrário-exportadora perde sua hegemonia. O Estado interfere decisivamente na promoção da industrialização através da produção da infra-estrutura (aço, petróleo, rodovias, etc.) e de subsídios ao capital industrial e ao desenvolvimento do mercado interno.

Tanto as autoridades governamentais ligadas à política de habitação quanto os representantes do capital imobiliário referem-se freqüentemente à questão da habitação em termos numéricos de déficits ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. Essa forma simplista de tratar o tema ignora que a habitação urbana vai além dos números e das unidades. Ela deve estar conectada às redes de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos( transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, etc.). Se na zona rural algumas dessas necessidades podem ser resolvidas individualmente, na cidade sua inexistência pode inviabilizar a função da moradia ou acarretar danos sociais e ambientais, além de exigir sacrifícios por parte dos moradores. É o que acontece na periferia ilegal e sem urbanização. As distâncias a serem percorridas pelos transportes públicos são imensas, absorvendo para isso uma parte fundamental de cada dia do trabalhador, morador da periferia.

Na região de Interlagos, no ano de 1976, aconteceu uma assembléia de moradores na qual buscavam melhorias nas precárias linhas de ônibus que utilizavam todos os dias. Estes circulavam com poucas unidades, velhos e sempre sujos. Quebram a toda hora e andam quase sempre superlotados. Muitos operários perdem horas e dias de serviço pela impossibilidade de

subir num ônibus ou pelas freqüentes quebras. Numa área de 420km<sup>2</sup>, com aproximadamente 250 mil habitantes, a Sete de Setembro e a Independência, empresas de ônibus, transportam cerca de 60 mil passageiros por dia, sendo que muitos deles pagam CR\$ 2,60 ou CR\$ 1,40, e somente nas linhas Grajaú, São José e Cocaia a tarifa é regular. Os motoristas ganham CR\$ 5,82 por hora e os cobradores CR\$ 2,23 por hora. Muitos deles chegam a trabalhar 16 horas a fio para ganhar o mínimo vital. Uma assembléia de qualquer porte em plena Ditadura Militar era um grande risco. Depois de falarem com a prefeitura e outros órgão descobrem que o loteamento em que viviam era ilegal, área de proteção de mananciais, o qual não deveria ser feito obras de melhorias nem melhoramento de ônibus. Eles se uniram mais ainda, tiveram apoios de advogados, fizeram relatórios e passaram a ter base para suas reivindicações.

No mérito, o livro mostra de forma interessante a evolução da história habitacional do Brasil, além de citar fatos aprofundados que não são estudados em história. Ele também ajuda a compreender a atual organização e os reais interesses da elite brasileira.